



## O E.S.P. e precariedade

Caros camaradas e amigos

Embora aposentados os professores e investigadores não se desvinculam dos objectivos que nortearam as suas vidas profissionais.

O Ensino Superior Público é um dos sectores com um quadro de maior degradação a todos os níveis funcionais e laborais.

A discriminação e elitização do acesso e frequência do ensino, o envelhecimento do quadro permanente do corpo docente, o desinvestimento público, o congelamento das carreiras dos docentes e investigadores, a escassa abertura de concursos para as carreiras docentes e de investigação, aliás quase inexistente nesta, a precariedade laboral e a degradação da democracia institucional, são dados de uma realidade preocupante.

Uma das conquistas de Abril, o Ensino Superior Público, tendencialmente gratuito, e aberto a todas as camadas sociais, constituiu desde a sua fundação um contínuo processo de luta como garante do seu funcionamento.

Com um quadro funcional assente na representatividade dos órgãos de gestão, conselhos directivos, pedagógicos e assembleias de representantes, e com o enquadramento dos conselhos científicos e a sua democracia interna institucional, foram-se consolidando elevados índices qualitativos que acresceram a sua importância política, mas, em simultâneo, foram também crescendo as apetências dos interesses económicos multinacionais e neo liberais que se vinham instalando.

Apetências crescentes que adquirem particular importância com os ditames da OCDE e a sua “estratégia de Lisboa”, com os seus instrumentos, o “Processo de Bolonha”, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, os Estatutos das Carreiras Docentes e de Investigação, acompanhados por progressivas reduções do financiamento do estado e dos apoios sociais, como objectivos estratégicos de degradação deste serviço público.

O processo de Bolonha impôs uma estratificação classista dos ciclos de estudos, com a degradação do ensino e a elitização dos acessos, reduziu a vida democrática institucional, cortando a representatividade nos órgãos de gestão, desvalorizou as carreiras bloqueando as progressões e promoções, preparando, com meios discriminatórios, a instalação e manutenção de poderes convenientes aos interesses de precarização, mercantilização e privatização das instituições do Ensino Superior Público.

É neste quadro de concentração de poderes que se condicionam os acessos às matérias e índices avaliáveis, indispensáveis à progressão salarial e à promoção nas provas concursais. Determinam-se assim parâmetros de selecção e avaliação que funcionam como filtros discriminatórios, com vista à constituição e manutenção de novos poderes alinhados com os ditames do neoliberalismo.

A calculada degradação da vida democrática das instituições, das condições de trabalho dos docentes e investigadores, coartada nas promoções e progressões de carreira, foi conduzindo a sucessivas vagas de saídas por reforma nas categorias e nos escalões mais baixos, desvalorizando assim as condições de aposentação de quem dedicou uma vida ao ensino e à investigação.

Estas saídas criaram vazios que não foram sendo preenchidos por abertura de vagas no quadro. As soluções adoptadas para esta situação têm passado pelo recurso à contratação a termo e a outras formas de vínculo precário, incluindo o recurso a bolseiros, que com muita frequência são chamados a leccionar sem qualquer remuneração.

Ou seja, a preferência recai na generalização das condições de precariedade, com atribuições de serviço docente e responsabilidades científicas desenquadradas por estatutos de carreira e correspondentes tabelas salariais.

Todo este percurso foi orientado para uma programada degradação do serviço público prestado pelas instituições de Ensino Superior justificando a tendência para a sua privatização.

Mas a luta continua. Os docentes e investigadores têm resistido, formando frentes de luta, pela defesa da vida democrática, fazendo-se eleger nos órgãos de gestão, lutando pela revisão do RJIES, do ECDU, do ECPDESP, do ECIC e pela revogação do EBI, pela normalização do acesso da progressão e promoção nas carreiras e pelas condições de trabalho, salariais e de aposentação.

São lutas que os professores e investigadores aposentados apoiam, sendo necessário um maior envolvimento do seu sindicato, neste caso o SPGL, nas escolas e instituições, junto dos trabalhadores do sector.

Os docentes e investigadores aposentados, com o seu património de experiência profissional, conhecimento e luta, podem e devem também contribuir para a vida do sindicato, não só na reflexão e nas lutas sobre diversas matérias profissionais e sindicais, participando em iniciativas culturais, mas também na discussão e nas lutas que mais directamente lhes dizem respeito, nomeadamente por reformas dignas, Segurança Social pública, ADSE e o SNS.

Para tal, é fundamental a criação de condições para uma efectiva participação dos sócios na vida e decisões do SPGL, nomeadamente na assembleia geral de sócios.

Nós, professores e investigadores aposentados, solidarizamos-nos e apoiamos a luta pela produção e transmissão do conhecimento como instrumentos de emancipação, a dignificação do ESP como função social do estado e a defesa do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e a valorização das carreiras e dignificação das condições de trabalho e salários e reformas justas.

**Jorge M.S. Alves**

Sócio 39452 do SPGL